

PROGRAMA ATUALIZADO DO PT PARA A ADMINISTRAÇÃO POPULAR

I - APRESENTAÇÃO

O PARTIDO DOS TRABALHADORES, através do presente documento, elaborado com a participação direta das bases, e instâncias partidárias e aprovado pelo Diretório Municipal de Porto Alegre, define o PROGRAMA BÁSICO ATUALIZADO, com indicação de prioridades para a AP (Administração Popular) em nosso Município.

Cumpra assim o Partido sua própria deliberação adotada em sua 5ª CONVENÇÃO MUNICIPAL, de 06/07 de maio de 1989, bem como atende o desejo da própria AP em aperfeiçoar constantemente sua atuação, enquanto Governo Municipal.

É nosso entendimento que o presente PROGRAMA é objeto de discussão com os demais partidos componentes da FRENTE POPULAR.

Este documento deverá também ser objeto de debate público com a comunidade portoalegrense, para o seu aperfeiçoamento e para ser mais um instrumento motivador da participação e mobilização popular.

II - O PODER MUNICIPAL

O PARTIDO DOS TRABALHADORES, ao definir o presente programa, tático, reafirma o seu propósito histórico de luta por uma nova sociedade, justa, profundamente democrática e SOCIALISTA. O Programa é tático no sentido de possibilitar à classe trabalhadora melhoria das suas condições de vida, aprendizado e aprofundamento da sua organização popular, bem como elevar seu nível de consciência e avançar no sentido de hegemônizar suas propostas no conjunto da sociedade.

Como tal, situamos preliminarmente a dimensão do poder local e, em especial, a Prefeitura Municipal.

Os serviços públicos e as empresas estatais, especialmente no decorrer das últimas décadas, serviram de sustentáculo para a ampliação do setor privado, seja fornecendo-lhes matérias-primas (insumos em geral) e tecnologias, seja CONSTITUINDO-SE no seu principal comprador interno.

A lógica, portanto, foi a de fomentar, quando não sustentar, o crescimento dos grupos econômicos nacionais e internacionais, impregnando características privadas nos serviços públicos, cujo eixo deveria estar fundamentalmente voltado às necessidades básicas públicas, entendidas como da maioria da população. As prefeituras municipais basicamente inseriram-se neste contexto.

Além disso, o modelo de desenvolvimento capitalista, intensificado a partir do golpe militar de 1964, imprimiu aos grandes centros brasileiros dois aspectos, de eixos diametralmente opostos.

Por um lado, o processo de industrialização e o modo agrícola cultivador de monoculturas e promotor da concentração fundiária promoveram intenso e caótico crescimento populacional nestes centros, determinando ao poder público e, de forma especial, às Prefeituras, uma demanda cada vez mais elevada de serviços públicos como transporte, vias públicas, saneamento básico, saúde, educação e outros.

Por outro lado, a concentração do poder político PELA Ditadura e hoje a Nova República, ACUMULANDO o recolhimento e centralização de Tributos a nível federal, reduziu drasticamente a capacidade dos estados e especialmente dos municípios.

O resultado não poderia ser diferente: Cidades com grande parcela da população marginalizada, carente dos recursos mais essenciais que o poder público deveria prestar, não o conseguindo a nível municipal. Cidade com seu ambiente natural agredido, com insegurança e violência crescentes, sem falar da especulação fundiária e imobiliária, tradicionalmente favorecida pelo poder público.

Por sua vez, a Nova Constituição, hoje em regulamentação, já mostra-se falaciosa no sentido de resolver minimamente estas contradições. Ao contrário, a municipalização de serviços como a saúde, habitação e parcela do ensino, sem a correspondente redistribuição de verbas, tenderá a agravar este quadro.

Como elemento fundamental do desequilíbrio entre a receita e a despesa está a queda da arrecadação fiscal, cujo poder de compra ainda é fortemente corroído pela inflação. Genericamente as classes possuidoras dos maiores bens e rendas estão pagando menos impostos do que no passado, o que por si só representa mais uma injustiça na própria distribuição de renda.

O poder num município é algo muito mais amplo que as possibilidades de atuação da prefeitura. Está relacionado também com o controle dos meios essenciais de produção, com o aparelho de Estado como um todo e com os meios de comunicação de massas, elementos todos sob controle direto da burguesia.

O poder econômico e a força das elites locais, com sua capacidade de coesão da sociedade, continuam existindo, embora tenham perdido o controle do Executivo Municipal. As Câmaras municipais, em sua maioria, continuam a serviço das classes dominantes e não raro constituem acirrada oposição à AP.

O poder judiciário, quando diante de situação conflituosa entre interesses defendidos pelas AP e os históricos interesses das classes dominantes, via de regra, mantém a sua postura conservadora, não contribuindo para transformações profundas.

POR SUA VEZ, O GOVERNO COLLARES, ATRAVÉS DE SEUS MÉTODOS POPULISTAS, INCENTIVOU O CLIENTELISMO, DESMANTELOU AINDA MAIS O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E APROFUNDOU A DEGRADAÇÃO NA CIDADE.

COM ISTO legou-nos uma Prefeitura em estado de quase insolvência. O parque de máquinas e as estruturas das Secretarias e Departamentos extremamente sucateados. Fazendo cortesia com chapéu alheio, fez aprovar, em final de governo, um plano de cargos e salários, cheio de distorções, que, ao mesmo tempo que reajustava em 200% na média os salários, tornava-o impagável a médio prazo. Desta maneira armava uma situação para criar a incompatibilidade entre a A.P. e o funcionalismo e deixava a A.P. de mãos amarradas, até para o atendimento mínimo das demandas da população.

III - DIRETRIZES E BASES

O diagnóstico acima mostra-nos que uma Prefeitura Municipal possui limitações estruturais estabelecidas pelo próprio sistema capitalista e de forma particular pelo modelo capitalista brasileiro. Ao mesmo tempo são justas e legítimas as reivindicações das amplas massas populares exigindo serviços em maior qualidade e quantidade visando melhores condições de vida. Neste sentido, entendemos como fundamental a luta pela valorização do poder local, como elemento democratizador da sociedade, inclusive por ser o poder mais diretamente vinculado aos cidadãos.

Devemos de um lado, termos como prioridade clara, a consolidação da ampliação que tivemos nas eleições (34% dos votos dos Porto-Alegrenses). De outro, buscar ampliar nossa base de apoio especialmente nos movimentos sociais, nos setores populares organizados e nos setores de democráticos em geral. Manter com estes setores um relacionamento de incentivo à sua auto-organização, acessando-lhes todas as informações possíveis e possibilitando-lhes influir diretamente na gestão municipal e procurar trabalhar a elevação do seu nível de consciência deve ser nossa tarefa fundamental.

Com eles, transformar o aparelho político administrativo feito para reproduzir a nível local a dominação sobre os trabalhadores em um instrumento a mais na luta dos trabalhadores por seus interesses imediatos e históricos. Governamos dentro do capitalismo, mas fazendo com que a AP seja um elemento importante no acúmulo de forças dos trabalhadores no rumo da superação do capitalismo. Como objetivos desta compreensão elencamos:

- a) a melhoria das condições de vida dos trabalhadores ao nível do município;
- b) a denúncia constante das limitações da administração local, apontando-se sempre que os problemas de fundo do povo brasileiro só serão resolvidos se acabarmos com o capitalismo e os trabalhadores forem poder neste país. Cabe também a AP apoiar a luta dos trabalhadores junto aos governos estadual e federal;
- c) abertura de espaço e canais a nível da administração para que os trabalhadores avancem em sua organização e participem de forma crescente e direta ao nível do município das decisões, sobretudo daquilo que lhe diz respeito;
- d) a articulação da AP preferencialmente com as outras administrações municipais de Frente Popular integrados pelo PT, buscando alterar a situação desfavorável dos municípios;
- e) procurar inverter radicalmente a lógica de captação e aplicação de recursos públicos, buscando beneficiar as amplas camadas populares;
- f) resgatar a capacidade de prestação de serviços do poder público, democratizando-o amplamente e interrompendo a dinâmica da sua desmoralização, sucateamento e privatização;
- g) constantemente combater as visões tecnicistas e corporativas dos diversos órgãos municipais. Incentivar e desenvolver sempre uma ação integrada, unificada, racionalizada e globalizante;

h)

democratizar radicalmente as esferas de poder e controle públicos, atualmente concentrados efetivamente nas mãos de alguns funcionários e do primeiro escalão em acesso popular à informação de codificada, à fiscalização dos que prestam serviços, à gestão dos recursos, à definição de prioridades e, fundamentalmente, à construção do próprio orçamento municipal.

i) inverter a lógica da organização urbana, toda ela atualmente voltada à reprodução ampliada do capital. Os bens e serviços sobre os quais exerce jurisdição a administração municipal têm sido geridos a partir do interesse localizado de frações da burguesia. A política fundiária urbana, o serviço de transportes, de obras, de saúde e todos os demais são alocados de acordo com a implantação de indústrias, núcleos habitacionais e áreas periféricas, viação de acesso de cargas às empresas, etc. O mesmo ocorre em favor do setor financeiro e do grande comércio, à revelia das necessidades dos moradores, da preservação da natureza, da humanização da vida na cidade. Utilizar dos instrumentos legais da gestão do espaço público, criar novos instrumentos nesse sentido através da nova Lei Orgânica implementar projetos de urbanização orientados para a reconstrução do espaço municipal a partir das necessidades dos "de baixo", esta é a nossa responsabilidade à frente da Prefeitura, ao lado do que atuação partidária nos movimentos sociais deve lançar a luta por uma "reforma urbana radical", no sentido de globalizar as lutas populares rumo a uma perspectiva anti-capitalista.

Quanto às prioridades de atendimento do enorme conjunto de reivindicações historicamente reprimidas e cada vez aumentadas pela deterioração das condições urbanas, deve recair a opção sobre aqueles que beneficiarão as camadas populares e atinjam um maior número de pessoas.

Por outro lado, este critério não deverá desarticular outros setores que, têm lutas próprias (saúde, caso SUDS), ou auto-sustentação via tarifa ou taxa (água, esgoto, lixo, iluminação pública, melhorias) ou fundamentalmente dependentes da organização popular (abastecimento - aproximação produtor/consumidor, participação no aumento das áreas verdes da cidade, etc).

- PROGRAMA DE PRIORIDADES PARA 1989

A presente distinção tem por finalidade estabelecer objetivos e metas mínimas para serem desenvolvidas ainda neste ano, podendo estes sofrer aperfeiçoamentos e acréscimos.

Visam prioritariamente aprofundar a democracia como método de governo e eliminar minimamente as deficiências mais sentidas na prestação dos serviços municipais.

POLÍTICA DE PESSOAL

- Reabertura imediata da discussão sobre um "Plano de Carreira Unificado", justo e motivador para o funcionalismo, envolvendo ao máximo o conjunto dos servidores, o SIMPA e também representações da comunidade;
- Implementação das eleições de chefias;
- Iniciar um processo de qualificação profissional, incluindo debates com o funcionalismo sobre a sua relação com a população.

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Uma vez definido o PROGRAMA E O PLANO DE GOVERNO aprofundar e encaminhar uma REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, que contemple a requalificação do serviço público municipal, fazendo com que a estrutura administrativa tenha uma ação única, integrada e racionalizada;

- Integrar os cargos de confiança no projeto político da Administração Popular buscando romper o espírito corporativista, ao mesmo tempo qualificar os CCs dos pontos de vista técnico/administrativo e político, visando incidir na inversão dos interesses para os quais a máquina foi montada.

- DESCENTRALIZAÇÃO DA ESTRUTURA EM NÚCLEOS REGIONAIS

ASSESSORIA JURÍDICA

Requalificação dos setores jurídicos, integrando-os sob coordenação do PGM, agilizando a sua ação e reorientando-os no sentido da defesa dos PROGRAMA E PLANO de Ação da AP.

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- Elaboração do Plano de Governo e detalhamento de Projetos Prioritários, com participação do conjunto dos órgãos municipais e comunidade sob coordenação da SPM;

- Discussão Pública do orçamento municipal/90;

- Elaboração planejada de políticas e leis que redirecione, radicalmente a contribuição tributária dos porto-alegrenses, com maiores ônus para os contribuintes de maior poder aquisitivo e de propriedade, notoriamente em relação ao IPTU, tarifa de esgoto, taxas de iluminação pública e de melhoria;

- Trazer ao debate público, da forma mais ampla possível a situação das finanças municipais;

- Intensificar a apreciação dos processos de regularização de edificações.

- EDUCAÇÃO

- Definir quanto aos aspectos da municipalização do ensino;

- Definição da recuperação e ampliação da rede escolar, incluindo os aspectos para um convênio com o governo do Estado.

under

INFORMÁTICA

- Desenvolvimento de um Plano Municipal de Informática, com definição de prioridades e que contemple aspectos da transparência pública da gestão municipal.

COMUNICAÇÃO

- Debater e implementar meios próprios de comunicação direta com a comunidade portoalegrense e em geral, regulares à medida do possível e com linguagem e formas acessíveis às massas populares;

- Reestruturação do serviço de atendimento ao público - Fone 156, que atualmente privilegia o atendimento individualizado e produz poucos resultados práticos.

SANEAMENTO BÁSICO

- ESGOTO

- Cancelamento do convênio entre o DMAE e a CORSAN, que instituiu o Projeto Rio Guaíba. Revisar o projeto Técnico (obras) buscando soluções setoriais para a melhoria da qualidade da água do Rio Guaíba. Integração com o Projeto Guaíba Vive;

- Adoção do sistema misto de esgotamento sanitário e pluvial, onde não houver implantada a rede separadora absoluta;

- Unificação da política de esgoto, em Porto Alegre, incluindo aí a sua tarifação;

- Ampliar o debate sobre a definição da técnica de tratamento dos esgotos, para a sua efetiva implantação, incluindo tratamento de efluentes hospitalares;

- Atuação maior e imediata nas áreas periféricas da cidade (vilas), já adotando o sistema misto de esgotamento sanitário.

- ÁGUA

- Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada (produção e distribuição);

- Intensificar a atuação, em conjunto com outras municipalidades, órgãos afins, para a melhoria de qualidade da água dos rios formadores do Guaíba; *(e comunitários, comunitários e eclosivos)*

- Trabalho de conscientização da população para o adequado uso da água.

- LIXO

- Melhoria do recolhimento do lixo e da limpeza pública;

- Construção de incineradores municipais para dar o destino ao lixo hospitalar, cobrando dos hospitais o valor das usinas;

- Adoção de aterro sanitário para a destinação do material inerte resultante do beneficiamento do lixo;

- ILUMINAÇÃO PÚBLICA E VIAÇÃO

- Estudar e implementar TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, de forma diferenciada entre os diferentes grupos de consumidores, com maior incidência aos de maior consumo, e que auto-sustentem este serviço;

- Estudar e implementar CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, preferencialmente através do IPTU;

- Intensificar a reposição dos pontos de luz desativados e instalar novos pontos nos locais mais carentes deste serviço;

- Promoção de melhorias na malha viária da cidade e intensificação da pavimentação.

- HABITAÇÃO

- Iniciar e agilizar o processo de regularização das vilas irregulares;

- Retorno da aplicação do FGTS em Habitação Popular e descentralização do mesmo, colocando-o sob controle dos municípios e dos trabalhadores.

- MEIO-AMBIENTE

- Intensificação do controle sobre os agentes de poluição;

- Ampliar junto com a população as áreas verdes da cidade, especialmente aqueles que já possuem esta definição pelo Plano Diretor e ampliação da urbanização na cidade;

- Intensificar participação nos projetos que envolvem melhoria das condições ambientais, como o caso do GUAIBA VIVE.

- ABASTECIMENTO

- Intensificar ações no sentido de facilitar o abastecimento especialmente para as camadas mais populares, procurando ao mesmo tempo promover a organização de produtores e consumidores populares.

- INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Redigir curso geral das atividades existentes na cidade.

- Alvará Dinâmico - processo industrial, restrição.

- TRANSPORTES - ~~CDM~~ - Restrições para ônibus - ~~aplicação~~ ~~restrição~~ ~~para~~ ~~ônibus~~

- Definir um plano globalizado de ação na área dos transportes urbanos, incluindo nossos objetivos finais para a gestão da AP e orientar o atual processo de intervenção. Este plano deve contemplar o efetivo controle pela Prefeitura dos transportes urbanos e contemplar os seguintes aspectos:

- . Iniciar a implantação de um controle central do sistema de transportes através do instrumento de CAIXA ÚNICO;
- . Promover imediatamente melhorias na prestação de serviços.

- SAÚDE

- Definir a nossa posição quanto a municipalização dos serviços;

- Definir as formas de melhorias dos serviços de saúde no município.

- ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEFINIR UM PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODA CIDADE QUE CONTEMPLE, ENTRE OUTROS ASPECTOS, UM PROGRAMA DE CRECHES.

PROGRAMA ATUALIZADO DO PT PARA A ADMINISTRAÇÃO POPULAR

I - APRESENTAÇÃO

O PARTIDO DOS TRABALHADORES, através do presente documento, elaborado com a participação direta das bases, e instâncias partidárias e aprovado pelo Diretório Municipal de Porto Alegre, define o PROGRAMA BÁSICO ATUALIZADO, com indicação de prioridades para a AP (Administração Popular) em nosso Município.

Cumpra assim o Partido sua própria deliberação adotada em sua 5ª CONVENÇÃO MUNICIPAL, de 06/07 de maio de 1989, bem como atende o desejo da própria AP em aperfeiçoar constantemente sua atuação, enquanto Governo Municipal.

É nosso entendimento que o presente PROGRAMA é objeto de discussão com os demais partidos componentes da FRENTE POPULAR.

Este documento deverá também ser objeto de debate público com a comunidade portoalegrense, para o seu aperfeiçoamento e para ser mais um instrumento motivador da participação e mobilização popular.

II - O PODER MUNICIPAL

O PARTIDO DOS TRABALHADORES, ao definir o presente programa, tático, reafirma o seu propósito histórico de luta por uma nova sociedade, justa, profundamente democrática e SOCIALISTA. O Programa é tático no sentido de possibilitar à classe trabalhadora melhoria das suas condições de vida, aprendizado e aprofundamento da sua organização popular, bem como elevar seu nível de consciência e avançar no sentido de hegemônizar suas propostas no conjunto da sociedade.

Como tal, situamos preliminarmente a dimensão do poder local e, em especial, a Prefeitura Municipal.

Os serviços públicos e as empresas estatais, especialmente no decorrer das últimas décadas, serviram de sustentáculo para a ampliação do setor privado, seja fornecendo-lhes matérias-primas (insumos em geral) e tecnologias, seja construindo-se no seu principal comprador interno.

A lógica, portanto, foi a de fomentar, quando não sustentar, o crescimento dos grupos econômicos nacionais e internacionais, impregnando características privadas aos serviços públicos, cujo eixo deveria estar fundamentalmente voltado às necessidades básicas públicas, entendidas como da maioria da população. As prefeituras municipais basicamente inseriram-se neste contexto.

Além disso, o modelo de desenvolvimento capitalista, intensificado a partir do golpe militar de 1964, imprimiu aos grandes centros brasileiros dois aspectos, de eixos diametralmente opostos.

Por um lado, o processo de industrialização e o modo agrícola cultivados de monoculturas e promotor da concentração fundiária, promoveram intenso e caótico crescimento populacional nestes centros, determinando ao poder público e, de forma especial, às Prefeituras, uma demanda cada vez mais elevada de serviços públicos como transporte, vias públicas, saneamento básico, saúde, educação e outros.

Por outro lado, a concentração do poder político (a própria Ditadura e hoje a Nova República) e do poder econômico (recolhimento e centralização de Tributos) a nível federal reduziu drasticamente a capacidade dos estados e especialmente dos municípios.

O resultado não poderia ser diferente: Cidades com grande parcela da população marginalizada, carente dos recursos mais essenciais que o poder público deveria prestar, não o conseguindo a nível municipal. Cidades com seu ambiente natural agredido, com insegurança e violência presentes, sem falar da especulação fundiária e imobiliária, tradicionalmente favorecida pelo poder público.

Por sua vez, a Nova Constituição, hoje em regulamentação, já mostra-se falaciosa no sentido de resolver minimamente estas contradições. Ao contrário, a municipalização de serviços como a saúde, habitação e parcela do ensino, sem a correspondente redistribuição de verbas, tenderá a agravar este quadro.

Como elemento fundamental do desequilíbrio entre a receita e a despesa está a queda da arrecadação fiscal, cujo poder de compra ainda é fortemente corroído pela inflação. Genéricamente as classes possuidoras dos maiores bens e rendas estão pagando menos impostos do que no passado, o que por si só representa mais uma injustiça na própria distribuição de renda.

O poder num município é algo muito mais amplo que as possibilidades de atuação da prefeitura. Está relacionado também com o controle dos meios essenciais de produção, com o aparelho de Estado como um todo e com os meios de comunicação de massas, elementos todos sob controle direto da burguesia.

O poder econômico e a força das elites locais, com sua capacidade de coesão da sociedade, continuam existindo, embora tenham perdido o controle do Executivo Municipal. As Câmaras municipais, em sua maioria, continuam a serviço das classes dominantes e não raro constituem em adirrada oposição à AP.

O poder judiciário, quando diante de situação conflituosa entre interesses defendidos pelas AP e os históricos interesses das classes dominantes, via de regra, mantém a sua postura conservadora, não contribuindo para transformações profundas.

E, por fim, o governo Collares legou-nos uma Prefeitura em estado de quase insolvência. O parque de máquinas e as estruturas das Secretarias e Departamentos extremamente sucateados. Fazendo cortesia com chapéu alheio, fez aprovar, em final de governo, um plano de cargos e salários, cheio de distorções, que, ao mesmo tempo que reajustava em 200% a média os salários, tornava-o impagável a médio prazo. Desta maneira criava uma situação para criar a incompatibilidade entre a A.P. e o funcionalismo e deixava a A.P. de mãos amarradas, até para o atendimento mínimo das demandas da população.

III - DIRETRIZES E BASES.

O diagnóstico acima mostra-nos que uma Prefeitura Municipal possui limitações estruturais estabelecidas pelo próprio sistema capitalista e de forma particular pelo modelo capitalista brasileiro. Ao mesmo tempo são justas e legítimas as reivindicações das amplas massas populares exigindo serviços em maior qualidade e quantidade visando melhores condições de vida. Neste sentido, entendemos como fundamental a luta pela valorização do poder local, como elemento democratizador da sociedade, inclusive por ser o poder mais diretamente vinculado aos cidadãos.

Devemos de um lado, termos como prioridade clara, a consolidação da ampliação que tivemos nas eleições (34% dos votos dos Porto-Alegrenses). De outro, buscar ampliar nossa base de apoio especialmente nos movimentos sociais, nos setores populares organizados e nos setores de movimentos em geral. Manter com estes setores um relacionamento de incentivo à sua auto-organização, acessando-lhes todas as informações pos-

íveis e possibilitando-lhes influir diretamente na gestão municipal e procurar trabalhar a elevação do seu nível de consciência deve ser nos a tarefa fundamental.

Com eles, transformar o aparelho político administrativo, feito para reproduzir a nível local a dominação sobre os trabalhadores em um instrumento a mais na luta dos trabalhadores por seus interesses imediatos e históricos. Governamos dentro do capitalismo, mas fazendo com que a AP seja um elemento importante no acúmulo de forças dos trabalhadores no rumo da superação do capitalismo. Como objetivos desta compreensão elencamos:

- a) a melhoria das condições de vida dos trabalhadores ao nível do município;
- b) a denúncia constante das limitações da administração local, apontando-se sempre que os problemas de fundo do povo brasileiro só serão resolvidos se acabarmos com o capitalismo e os trabalhadores forem poder neste país. Cabe também a AP apoiar a luta dos trabalhadores junto aos governos estadual e federal;
- c) abertura de espaço e canais a nível da administração para que os trabalhadores avancem em sua organização e participem de forma crescente e direta ao nível do município das decisões, sobretudo daquilo que lhe diz respeito;
- d) a articulação da AP preferencialmente com as outras administrações municipais de Frente Popular integrados pelo PT, buscando alterar a situação desfavorável dos municípios;
- e) procurar inverter radicalmente a lógica de captação e aplicação de recursos públicos, buscando beneficiar as amplas camadas populares;
- f) resgatar a capacidade de prestação de serviços do poder público, democratizando-o amplamente e interrompendo a dinâmica da sua desmoralização, sucateamento e privatização;
- g) constantemente combater as visões tecnicistas e corporativas dos diversos órgãos municipais. Incentivar e desenvolver sempre uma ação integrada, unificada, racionalizada e globalizante;

Quanto às prioridades de atendimento do enorme conjunto de reivindicações historicamente reprimidas e cada vez aumentadas pela deterioração das condições urbanas, deve recair a opção sobre aquelas que beneficiarão as camadas populares e atinjam um maior número de pessoas.

Por outro lado, este critério não deverá desarticular outros setores que, têm lutas próprias (saúde, caso SUDS), ou auto-sustentação via tarifa ou taxa (água, esgoto, lixo, iluminação pública, melhorias) ou fundamentalmente dependentes da organização popular (abastecimento, aproximação produtos/consumidor, participação no aumento das áreas verdes da cidade, etc).

V - PROGRAMA DE PRIORIDADES PARA 1989

A presente distinção tem por finalidade estabelecer objetivos e metas mínimas para serem desenvolvidas ainda neste ano, podendo estes sofrer aperfeiçoamentos e acréscimos.

Visam prioritariamente aprofundar a democracia como método de governo e eliminar minimamente as deficiências mais sentidas na prestação dos serviços municipais.

POLÍTICA DE PESSOAL

Reabertura imediata da discussão sobre um "Plano de Carreira Unificado", justo e motivador para o funcionalismo, envolvendo ao máximo o conjunto dos servidores, o SIMPA e também representações da comunidade;

- Implementação das eleições de chefias;
- Iniciar um processo de qualificação profissional, incluindo debates com o funcionalismo sobre a sua relação com a população.

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

Uma vez definido o PROGRAMA E O PLANO DE GOVERNO aprofundar e encaminhar uma REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, que contemple a requalificação do serviço público municipal, fazendo com que a estrutura administrativa tenha uma ação única, integrada e racionalizada;

Integrar os cargos de confiança no projeto político da Administração Popular buscando romper o espírito corporativista, ao mesmo tempo qualificar os CCs dos pontos de vista técnico/administrativo e político, visando incidir na inversão dos interesses para os quais a máquina foi montada.

ASSESSORIA JURÍDICA

Requalificação dos setores jurídicos, integrando-os sob coordenação da PGM, agilizando a sua ação e reorientando-os no sentido da defesa dos PROGRAMA E PLANO de Ação da AP.

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Elaboração do Plano de Governo e detalhamento de Projetos Prioritários, com participação do conjunto dos órgãos municipais e comunidade sob coordenação da SPM;

- Discussão Pública do orçamento municipal/90;
- Elaboração planejada de políticas e leis que redirecione radicalmente a contribuição tributária dos porto-alegrenses, com maiores ônus para os contribuintes de maior poder aquisitivo e de propriedade, notoriamente em relação ao IPTU, tarifa de esgoto, taxas de iluminação pública e de melhoria;
- Trazer ao debate público, da forma mais ampla possível a situação das finanças municipais;
- Intensificar a apreciação dos processos de regularização de edificações.

INFORMÁTICA

- Desenvolvimento de um Plano Municipal de Informática, com definição de prioridades e que contemple aspectos da transparência pública da gestão municipal.

COMUNICAÇÃO

- Debater e implementar meios próprios de comunicação direta com a comunidade portoalegrense e em geral, regulares à medida do possível e com linguagem e formas acessíveis às massas populares;

- Reestruturação do serviço de atendimento ao público - Fone 158, que atualmente privilegia o atendimento individualizado e produz poucos resultados práticos.

SANEAMENTO BÁSICO

- ESGOTO

- Cancelamento do convênio entre o DMAE e a CORSAN, que instituiu o Projeto Rio Guaíba. Revisar o projeto Técnico (obras) buscando soluções setoriais para a melhoria da qualidade da água do Rio Guaíba. Integração com o Projeto Guaíba Vive;

- Adoção do sistema misto de esgotamento sanitário e pluvial, onde não houver implantada a rede separadora absoluta;

- Unificação da política de esgoto, em Porto Alegre, incluindo aí a sua tarifação;

- Ampliar o debate sobre a definição da técnica de tratamento dos esgotos, para a sua efetiva implantação, incluindo tratamento de efluentes hospitalares;

- Atuação maior e imediata nas áreas periféricas da cidade (vilas), já adotando o sistema misto de esgotamento sanitário.

- ÁGUA

- Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada (produção e distribuição);

- Intensificar a atuação, em conjunto com outras municipalidades e órgãos afins, para a melhoria de qualidade da água dos rios formadores do Guaíba;

- Trabalho de conscientização da população para o adequado uso da água.

- LIXO

- Melhoria do recolhimento do lixo e da limpeza pública;

- Construção de incineradores municipais para dar o destino ao lixo hospitalar, cobrando dos hospitais o valor das usinas;

- Adoção de aterro sanitário para a destinação do material inerte resultante do beneficiamento do lixo;

- ILUMINAÇÃO PÚBLICA E VIAÇÃO

- Estudar e implementar TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, de forma diferenciada entre os diferentes grupos de consumidores, com maior incidência aos de maior consumo, e que auto-sustenta este serviço;

- Estudar e implementar CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, preferencialmente através do IPTU;

- Intensificar a reposição dos pontos de luz desativados e instalar novos pontos nos locais mais carentes deste serviço;

- Promoção de melhorias na malha viária da cidade e intensificação da pavimentação.

- HABITAÇÃO

- Iniciar e agilizar o processo de regularização das vilas irregulares;

- Retorno da aplicação do FGTS em Habitação Popular e descentralização do mesmo, colocando-o sob controle dos municípios e dos trabalhadores.

- MEIO-AMBIENTE

(- Intensificação do controle sobre os agentes de poluição;

- Ampliar junto com a população as áreas verdes da cidade, especialmente aqueles que já possuem esta definição pelo Plano Diretor e ampliar a urbanização na cidade;

- Intensificar participação nos projetos que envolvem melhoria das condições ambientais, como o caso do GUAIBA VIVE.

- ABASTECIMENTO

- Intensificar ações no sentido de facilitar o abastecimento especialmente para as camadas mais populares, procurando ao mesmo tempo promover a organização de produtores e consumidores populares.

- INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- TRANSPORTES

- Definir um plano globalizado de ação na área dos transportes urbanos, incluindo nossos objetivos finais para a gestão da AP e orientar o atual processo de intervenção. Este plano deve contemplar o efetivo controle pela Prefeitura dos transportes urbanos e contemplar os seguintes aspectos;

- Iniciar a implantação de um controle central do sistema de transportes através do instrumento de CAIXA ÚNICO;

- Promover imediatamente melhorias na prestação de serviços.

- SAÚDE

- Definir a nossa posição quanto a municipalização dos serviços;

- Definir as formas de melhorias dos serviços de saúde no município.

- ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Definir um programa de creches para o município.

- EDUCAÇÃO

- Definir quanto aos aspectos da municipalização do ensino;
- Definição da recuperação e ampliação da rede escolar, incluindo os aspectos para um convênio com o governo do Estado.

VI - DIAGNÓSTICOS E DIRETRIZES SETORIAIS

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Elaboração/definição da proposta orçamentária (receita, critérios para definição dos impostos e taxas municipais, despesas-funcionalismo, manutenção, prioridades de investimento):

- Processo de democratização das informações;
- Discussão do programa e plano da AP;
- Definição das prioridades;
- Preparação da mobilização para o processo de votação na câmara.

Organização e constituição de mecanismos básicos de controle e fiscalização popular sobre serviços do município.

Ao redor dos problemas prioritários (transporte, por exemplo) organizar estratégia de mobilização e organização popular, na perspectiva da unificação e articulação do movimento popular, construção dos conselhos populares e conselhos municipais (Conselho Municipal do Transporte Urbano, reforço das CLIS e CIMS...).

A partir da população organizada, organização de experiência piloto de gestão de equipamentos públicos (postos, escolas...) priorizando regiões com mais tradição de luta e organização (Restinga, Glória, Cruzeiro, Zona Norte), na perspectiva de se constituir o governo da comunidade, como uma prefeitura do bairro/região.

Diagnóstico:

- Funcionalismo forjado em bases clientelistas, bem como o encaminhamento das demandas da população;
- A inserção da militância petista pouco orgânica e ainda desarmada para construir o novo patamar de organização do movimento superando o corporativismo e o mero processo reivindicatório;
- Dificuldade de utilizar a administração popular, sem substituir o Partido ou o Movimento, embora se avale positivas as iniciativas nesse sentido (SOS Restinga, por exemplo);
- Estágio do movimento popular, muito fragmentado e corporativo;
- Iniciativas para discussão com a coletividade de questões centrais (transporte, funcionalismo, orçamento) ainda tímidas;
- Carência de elaboração e experiência do PT para essa nova situação, que é administrar a Prefeitura de uma metrópole, dificultando tanto trabalhar com setores organizados, e mais ainda, ampliar o movimento de massas.

Diretrizes:

- A mobilização social é básica para a ação político-administrativa da nossa prefeitura;
- Iniciativas do governo que joga um papel fundamental dado o poder de atração/influência que exerce sobre a população e o potencial que tem para criar fatos e movimentos nesse sentido;

- *Consolidação de nossa base social pela atuação político-administrativa para e com a população, basicamente setores organizados e sua ampliação;*

- *Necessidade de entender o estágio do Movimento popular considerando seus objetivos imediatos e articulá-los com seus objetivos históricos.*

COMUNICAÇÃO (IMPrensa, Relações Públicas, Relações com a Comunidade)

Diagnóstico:

- *A inexistência de um programa e um plano de governo tem sido o problema central, e que limita as possibilidades de construção da miragem institucional;*

- *Persiste ainda uma grande inorganicidade entre os partidos da FP e a AP tanto no planejamento como na distribuição do material, bem como com o próprio movimento popular;*

- *O processo de concentração dos recursos humanos e materiais numa organização centralizada ligada ao gabinete do Prefeito produziu evidentes vantagens econômicas e administrativas e permitiu a criação de uma série de funções novas e tem sido útil para padronizar a linha e a qualidade do material;*

- *Não se conseguiu criar ainda uma forma objetiva de informar e armar a militância partidária para a defesa da AP;*

- *Há dificuldades de se elaborar material com linguagem adequada, em alguns casos para determinado público alvo;*

- *Persiste ainda uma grande dificuldade de democratizar as informações da Prefeitura, tanto entre os próprios membros da AP, como em relação aos partidos e a população;*

- *As iniciativas para trabalhar a imagem da AP na imprensa burguesa conseguiram, ao menos em parte, neutralizar as distorções e ataques sistemáticos, podendo se considerar o esforço bem sucedido, e tendo como saldo uma imagem institucional da Prefeitura, apesar de tudo, positivo.*

Diretrizes:

- *Implementar um projeto alternativo de comunicação com a população;*

- *Dar continuidade ao esforço de disputar o espaço na imprensa burguesa (TV, rádio e jornal);*

- *Organizar e definir materiais especiais em conjunto com a FP e o movimento popular, desde seu planejamento até sua distribuição.*

PLANEJAMENTO, FINANÇAS, ORÇAMENTAÇÃO E INFORMÁTICA

Finanças:

- *Do ponto de vista real a receita municipal não pôde crescer significativamente a curto prazo porque:*

a) *não se pode instituir um imposto ou modificar alíquotas e cobrá-las no mesmo ano;*

b) *não soubemos ou não podemos aproveitar os impostos municipais em 1989, no sentido de aumentar a receita (dentro da nossa perspectiva de classe de fazer pagar os grandes capitalistas);*

c) *medidas que evitem a sonegação tem alcance limitado do ponto de vista financeiro.*

- Por outro lado a despesa cresceu porque:

a) a folha aumentou imensamente em termos reais, isto é, muito mais que a inflação devido a postura demagógica de Collares de, após arrochar os salários durante toda sua gestão, estabeleceu índices de reajustes superiores à capacidade de pagar da Prefeitura, para serem pagos durante a gestão da AP. Além do que os salários estão cristalizados num plano de carreira que consagra privilégios e injustiças.

b) foram contraídas dívidas para executar obras faraônicas (Av. Beira, Estádio, etc.) que junto com o déficit crescente agravam esta situação.

- Na medida que o déficit se acentua, podendo chegar a 50% da receita em 89, vai se atingindo o limite da capacidade de endividamento estipulada por normas legais, que é mensalmente 25% da receita.

Este quadro trará como consequência:

a) atraso na folha de pagamento;

b) não pagamento de fornecedores e prestadores de serviços, com o agravamento da já precária situação em que se encontram os serviços de saúde, educação, limpeza pública e conservação das redes (ruas, esgoto, iluminação, etc.).

- No curto prazo, ou se aceita o quadro acima ou se encaminha uma discussão junto aos funcionários e representantes da população de correção desta situação que passa necessariamente por uma redução da folha, seja alterando o plano de carreira ou comprimindo os salários seletivamente (resguardando de tal compreensão os salários mais baixos) e executando uma reforma administrativa que implique na absorção de alguns organismos por outros de natureza semelhante (ex.: Secretaria de Cultura absorver a EPATUR).

- Outra forma de geração de recursos seria a venda de patrimônio, como terrenos, etc., desde que não comprometa a qualidade de vida da cidade, a revisão das locações de imóveis municipais.

- Por outro lado segundo avaliações aproximativas com um milhão de cruzados mensais poderíamos cumprir minimamente as funções de conservação da Cidade e dos serviços, isto é, seis milhões de cruzados se contarmos a partir de julho de 89 o que equivale a cerca de 4% da receita prevista para este ano.

- A médio prazo, isto é, a partir do próximo ano várias iniciativas poderão ser tomadas no sentido de aumentar a receita, como por exemplo:

a) aumento da receita tributária via aumento do IPTU para os grandes proprietários urbanos, progressividade no Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, Contribuição de melhoria, etc.

b) Obtenção de recursos externos através de projetos que beneficiem a população de baixa renda.

- No entanto este acréscimo de receita dadas as limitações legais atuais, é limitado e não exime a necessidade de comprimir despesas, pois aos gastos do próximo ano serão acrescidos os encargos das dívidas de curto prazo assumidas em 89 para cobrir o déficit. Além do que no próximo ano teremos que dispor de mais recursos para investir em benefício da população trabalhadora.

- A resolução do problema financeiro passa obrigatoriamente pela definição a curto e longo prazo pela população organizada sobre as medidas a tomar, e neste quadro a militância petista deve atuar no sentido de levar as propostas partidárias.

Planejamento: Quanto à metodologia:

- Integração nas discussões de todos os órgãos da AP., Conselho Poli-

tico e bancada da Frente Popular.

- Integração da comunidade organizada nessa discussão.

Orçamento:

Embora atrasado, pelas dificuldades da máquina administrativa e in-experiência da FP, constituir comissão (Partido e SPM) encarregada de propiciar os meios para a discussão mais democraticamente possível, dinamizando a mobilização popular, fundamental na aprovação na Câmara de Vereadores.

Informatização:

Implantação de um programatização da AP, tendo como base a geoprocessamento.

OLÍTICA DE PESSOAL / REFORMA ADMINISTRATIVA

Diagnóstico:

Sabendo que o aparelho do estado não é uma estrutura neutra e sim constituído com uma concepção ideologicamente determinada que tem como fim fazê-lo instrumento das classes que detem o poder, cabe à Administração Popular e aos partidos que a compõem precisar seu papel, na ação direta de governo, dentro do processo geral de disputa pela hegemonia.

Reconhecendo a circunstância que a Frente Popular chega ao poder dentro dos marcos do capitalismo e que o caminho de luta é o da conquista de posições, cabe concluir que a presença das forças populares à frente de administrações municipais representa uma enorme possibilidade de influenciar direta e incisivamente sobre a vida, os valores, a cultura e os padrões de convivência e produção de um grande número de pessoas.

A enorme quantidade de justas demandas por infraestrutura urbana, habitação, saúde, transporte e educação defronta-se com dificuldades de escassez de recursos materiais e, muitas vezes, com impecilhos intransponíveis de uma burocracia impermeável, inacessível e irracional.

Deparando-se com todos esses problemas e dificuldades, a ação política da administração popular tem que enfrentar uma máquina burocrática que em sua origem e conteúdo é hostil.

A herança do passado de manipulação e uso indevido da coisa pública se refletem na passividade, falta de criatividade, demotivação e medo da transparência. Os servidores municipais são verdadeiras vítimas do desrespeito ao seu trabalho que os governantes sempre tiveram.

A questão é como incidir sobre tudo isso transformando democraticamente a máquina administrativa num instrumento permeável à participação popular e aos direitos de cidadania.

A idéia de uma reforma administrativa, tida por alguns como fórmula mágica de solução para todos os problemas, é antes de tudo, a tentativa de procurar compatibilizar um instrumento de poder, que é o estado, com as demandas sociais nas quais sua presença é ineficiente e distante.

Diretrizes:

Do nosso ponto de vista a reforma administrativa, entendida como um processo político-social e não apenas técnico-científico deve ter como diretrizes, informadas pelo reconhecimento do direito de intervenção da sociedade sobre a administração, os seguintes pontos:

1. descentralização das estruturas, desenvolvida combinadamente com o movimento de aglutinação em núcleos regionais. Essa medida, além de racionalizar os serviços que se desenvolvem dispersivamente pela cidade, colocará os cidadãos e entidades comunitárias em contato mais direto e simplificado com aqueles que lhes prestarão atendimento;
2. extinção, fusão e redefinição de atribuições de diversos órgãos com atividades paralelas e simultâneas que devem ser aglutinados e redimensionados para um uso racional e adequado dos recursos, visando economia, clareza e rapidez de definições com qualidade no produto final;
3. revisão das rotinas que devem ser simplificadas e modernizadas, eliminando trâmites excessivos e métodos nos quais não há responsabilidade pelo trabalho ou vínculo com ele;
4. informatização que deve ser desenvolvida não de forma indiscriminada e insensata - com custos muitas vezes desproporcionais aos resultados -, mas como elemento simplificador e agilizador da atividade administrativa;
5. atenção especial para as relações de trabalho que devem ser democratizadas para que o funcionalismo se torne agente e personagem do serviço prestado à população, num processo de superação do corporativismo e valorização coletiva da atividade profissional em sua eficiência e produtividade plenas.

A estas diretrizes devem ser agregados mecanismos formais e informais de participação popular nas decisões, de respeito à cidadania, de garantia à informação e à prática da transparência dos atos administrativos.

ASSESSORIA JURÍDICA

Diagnóstico:

A Procuradoria Geral Municipal é um órgão completamente desapeado e com debilidade financeira. Tal que impede até mesmo atualização de bibliografia. Por outro lado, o quadro de pessoal da PGM tende a reproduzir a estrutura arcaica e conservadora herdada.

Foi neste quadro que a PGM respondeu, no plano jurídico, às questões relativas à intervenção nos transportes coletivos, tendo sido uma das equipes mais exigidas neste processo.

Evidentemente que a necessidade de dar respostas rápidas, contestações e medidas urgentes, desviou a PGM da elaboração de uma proposta de organização.

Diretrizes:

- Iniciativas estão sendo tomadas para que a PGM se torne a Coordena-

nação de todo o trabalho jurídico da Administração Popular, centralizando-o e planejando-o globalmente;

- para superação da estrutura arcaica e conservadora que leva o quadro funcional a realizar um trabalho com tendência legalistas, é necessário um reforço de quadros políticos na área jurídica;

- retomada da discussão e elaboração da comissão temática anterior à formação do governo envolvendo o núcleo de advogados do PT, cargos de confiança da AP na PGM e assessoria jurídicas das Secretarias e órgãos da Prefeitura.

TRANSPORTE

Diagnóstico:

1) SMT

- a intervenção e a dispersão dos recursos;
- "desmantelamento" e ausência de recursos materiais adequado;

2) CARRIS

- empresa com boa estrutura, "inchada", com problema no seu giro (n repasse de recursos, n pagamento de fornecedores, etc.);

Diretrizes:

- 1) início da implantação do sistema de controle estatístico (SMT);
- 2) licitação para sistema de sinalização (pintura faixas segurança);
- 3) resumo "enxugamento" de pessoal na Carris, superação dos problemas hardados, operação em níveis superiores aos de 80;
- 4) início medição linhas, divulgação das Tabelas horários (n concluído - SMT).

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diagnóstico:

- Há qualidade dos serviços prestados pela rede ambulatorial pública (em especial a da SMSSS) - Proposta 2 do texto da SMSSS
- Falta medicação na rede pública;
- A rede pública tem pouco impacto, e há muitas áreas "descobertas" de serviços públicos de saúde;
- Isolamento das ações de saúde - localizadas não na SMSSS;
- O Estado está evitando repassar o gerenciamento e os recursos para o município;
- Falta, ou dificuldade de acesso a informações sobre saúde no município;
- Inexistência de uma política de assistência social na Prefeitura;
- As atividades da Assistência Social são realizadas de forma difusa, havendo paralelismo de ações nas diversas Secretarias e Departamentos da PMPA;
- Assiat. Social deixa de ter um caráter emergencial devido a pauperização da população e passa a se constituir como uma Política Social;
- As necessidades sociais são oriadas pelas más condições de vida e de trabalho (miséria);
- Medo de se falar em assistência social, pois é associado à assistencialismo e paternalismo e não como direito de cidadania;

- A assistência social não é vista como uma gestão política, não tendo inclusive, orçamento específico;
- Número insuficiente de creches no município (da PMPA);
- Falta de equipamentos sociais p/a faixa etária de 07 a 17 anos incompletos (extra-classe) e para idosos;
- Falta de integração entre creches do município e escolas municipais no sentido de se garantir vagas nas escolas.

Diretrizes:

- Respeito ao usuário através de valorização e resgate da cidadania;
- Respeito, valorização e treinamento dos funcionários;
- Expansão das ações já oferecidas;
- Aumento da resolutividade;
- Reelaboração do Plano de Saúde;
- Expansão da rede pública, conforme critérios estabelecidos no plano, em discussão com a população;
- Ampliação do concerto de saúde;
- "Filosofia" de saúde ser incorporada à administração;
- Implementar a gestão única dos serviços de saúde localizados em Porto Alegre, submetidos a CIMS (ou Conselho Municipal de Saúde) com participação da Prefeitura;
- Ampliar a vigilância epidemiológica e sanitária no município, em conjunto com a SSMA;
- Divulgar amplamente os informes de saúde;
- Discussão conceitual e política da assistência, enquanto direito de cidadania e dever do Estado e não como benesse, dávida;
- Necessidade de uma coordenação única, centralizada da Assistência na PMPA, descentralizando os serviços, respeitando as especificidades e necessidades de cada Secretaria ou Departamento;
- Inverter o perfil de financiamento da assistência (maiores recursos públicos e menos recursos privados);
- A assistência social deve ser pautada em 3 eixos: geração de ocupação e renda; participação social e melhoria e ampliação dos equipamentos sociais;
- Que a Prefeitura assuma efetivamente a manutenção das casas de criança, não repassando este ônus para a população;
- ampliação de espaços para atendimento de adolescentes (7 a 17 anos) e idosos (grupos de convivência e casas lares);
- Rediscutir o MAPA enquanto instituição privada;
- Prever verba orçamentária do município para o MAPA;
- Fiscalização por parte da PM às empresas que são obrigadas a manter creches em seus locais de trabalho e/ou compra de vagas em creches públicas, assistenciais ou privadas. Não fornecer alvará para aquelas que vão se instalar e não cumprirem com esta exigência (lei);
- Integração entre SMSSS e SMED no sentido de garantir vaga nas escolas municipais às crianças que saem das creches;
- Garantia por parte da Prefeitura de creches à filhos dos servidores e funcionários.

HABITAÇÃO, ILUMINAÇÃO, OBRAS, ÁGUA, SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE

Diagnóstico:

As Secretarias e Departamento envolvidos (DEP, DMLU, DMAE, DEMHAB, SMOV e SMAN) encontraram de conjunto, uma situação de sucateamento dos equipamentos e uma situação financeira falimentar ou pré-falimentar. Isto impediu a manutenção do nível de atendimento à população, dos serviços de coleta de lixo, recuperação de esgotos, reposição de postes de luz, conservação dos sistemas de abastecimento, etc.

Com exceção do DEP, todas as demais Secretarias e departamentos apresentam excesso de funcionários, principalmente no setor administrativo, chegando-se a constatar no DEMHAB e DMLU funcionários fantasmas.

Também foi constatado que nos últimos 2 anos os investimentos na EMAN foram reduzidos em 50% e que a área verde (128 mil hectares) corresponde à somente 1/3 da recomendada pela OMS.

Diretrizes:

Saneamento Básico:

. esgotos:

- cancelamento do convênio entre o DMAE e a CORSAN, que instituiu o Projeto Rio Guaíba. Revisar o projeto técnico (obras) buscando soluções setoriais para a melhoria da qualidade da água do Rio Guaíba. Integração com o Projeto Guaíba Vive;
- adoção do sistema de esgotamento sanitário e pluvial onde não estiver implantada a rede separadora absoluta;
- Unificação da política de esgoto em Porto Alegre, incluindo aí a sua tarifação;

. águas:

- ampliação do sistema de abastecimento de água tratada para chegar a 100% da população;
- redução das perdas de água pela substituição das redes esclerosadas, material impróprio e aumento da micromedidação;
- intensificar a atuação, junto com outras municipalidades e órgãos afins, para a melhoria de qualidade da água dos rios fornecedores do Guaíba;
- conscientização da população para o adequado uso da água;

. lixo:

- objetivo de, até o final da gestão, atingir o beneficiamento de 100% do lixo residencial;
- desenvolver junto à população a consciência ecológica em relação ao lixo e seu reaproveitamento implantando a coleta seletiva nos bairros e vilas cujas comunidades se mostrarem interessadas;
- expandir a coleta domiciliar para 100% da cidade;
- desenvolver o trabalho com cooperativas nos serviços do DMLU, incentivando a organização política dos trabalhadores;
- ampliação e modernização do equipamento de coleta da Prefeitura objetivando a realização de 100% do serviço e a dispensa da utilização das empreiteiras.

. obras públicas:

- implementar o programa de Pavimentação Progressiva (EBTU-BIRD);
- plano de extensão da rede de iluminação (20.000 pontos);
- recuperação de 10.000 pontos de luz;
- racionalização do equipamento;
- regularização fundiária com base no trabalho da comissão de áreas irregulares;
- ajustamento de pessoal quanto à capacidade produtiva e qualificação;
- planos comunitários de pavimentação.

. Habitação:

- criação de fundo municipal pelo Direito de Morar com recursos

captados via IBTU, ITBI, índices percentuais das construções industriais, comerciais e de habitação em áreas nobres;

- retirada do requisito de financiamentos para habitação da resolução 1469 - BACEN;

- toda e qualquer obra do município, a nível da habitação, deve prever, no mínimo, três faixas salariais, entendendo-se de 0 a 3 SM, de 3 a 5 SM e de 5 a 10 SM, subsídios em cadeia, localizadas na mesma área planejada. Isto inviabilizará áreas de classe média e da população de baixa renda, homogêneas, que reforçam a especulação imobiliária;

- para assegurar o papel das COHAB's (da qual o DEMHAB faz parte) durante o processo de luta pelo direito de morar, deve-se buscar recursos da CEF (substituta atual e obrigatória do BNH enquanto controladora do FGTS);

- incentivo à criação de cooperativas habitacionais por categoria profissional e/ou por moradia;

- debate de todo e qualquer projeto da AP na questão do direito de morar com o movimento comunitário da região, antes e durante a implantação;

- não desapropriar ou adquirir áreas de terras que tenham trabalhadores morando, nos casos que seja possível o uso capião. Ingressar em processos de uso capião através da criação de um grupo de advogados em conjunto com a UAMPA.

Meio Ambiente:

- planejamento e aplicação da legislação de recursos a médio/longo prazo quanto:

- à prevenção do meio ambiente;

- ao redimensionamento da política de ocupação do solo urbano (10 PDDU, Equipamentos, serviços e espaços públicos).

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

Diagnóstico:

As Secretarias envolvidas (SMIC e SMAM) encontraram uma situação de carência de recursos financeiros, estruturas técnico-administrativas anacrônicas e pouco racionais (SMIC), carência de técnicos científicos especializados (SMAM), falta de equipamento de monitoragem e veículos o que acaba impedindo a fiscalização e controle necessários e a inexistência de estrutura compatível para aplicação da Lei do Impacto Ambiental.

A SMIC enfrentou o problema da estrutura informal através de um processo de discussão com os funcionários e eleições internas quando foram eliminados pontos de atrito e dado impulso significativo no ritmo de trabalho.

Diretrizes:

- Licenciamento de Atividades:

- Projeto de Censo das atividades existentes em todo o Território Municipal com o objetivo de levantar subsídios de planejamento global dos serviços a serem prestados pela Prefeitura nos próximos anos;

- Projeto Alvarã Dinâmico (SMIC, SMAM, SPM e SMOV) que reestrutura, informatiza e multiplica a capacidade de prestação dos serviços à população e reduz drasticamente a possibilidade de propinas, subornos, etc.

- Desenvolvimento Industrial:

- Desenvolvimento Industrial:

- projetos de apoio e estímulo às microempresas e grupos de trabalhadores associados que careçam de infraestrutura de instalações físicas e de condições adequadas para a comercialização ou prestação de serviços;

- Os Projetos são os seguintes:

- a. Programa de Comercialização de Produtos de Economia Informal
- b. Projeto Colméia
- c. Distrito Industrial da Restinga
- d. Transferência de Tecnologia

- Desenvolvimento Comercial:

- desenvolver com a SPM um planejamento da expansão das atividades do grande e médio comércio estabelecido na cidade e do setor de prestação de serviços no sentido do atendimento das necessidades dos bairros da cidade além das já existentes nas áreas centrais;

- resgatar, para administração da SMIC, todas as edificações de propriedade da Prefeitura e os terrenos da Prefeitura no perímetro urbano, estabelecendo uma política de locação e preços que melhore o atendimento à população e, ao mesmo tempo, arrecade receitas para a municipalidade;

- administrar todas as Feiras de mostra e venda de Artesanato, Artes Plásticas e Antiquidades existentes e as que serão criadas dando-lhes um novo enfoque: parte do conjunto de atividades dos espaços públicos de convivência social, lazer e recreação tendo como objetivo qualificá-los e multiplicá-los pelo território da cidade, tornando-os base física para convivência comunitária coletiva (Projeto de Arte e Cultura Popular em espaços públicos - SMIC, SMC, SPM, SMAM e SMED).

- Fomento Agropecuário:

- Programa Municipal de Abastecimento.

O PMA aborda o abastecimento alimentar como o conjunto de atividades de produção e organização dos trabalhadores rurais, distribuição, comercialização, consumo e organização dos consumidores. O PMA atuará nos seguintes níveis:

a. produção e organização dos produtores rurais: desenvolvimento de tecnologias alternativas baseado nas instalações físicas do centro Demonstrativo de Agricultura Alternativa; fomento à agropecuária no município; planejamento e apoio de hortas escolares, cursos e campanhas; atendimento (via CDAA) da demanda interna da Prefeitura (creches, escolas, HPS, Hospital Porto Alegre).

b. comercialização e organização de consumidores: reestruturação, modernização e expansão das Feiras Livres como canal alternativo de comercialização de alimentos; implantação do Projeto "Compras Coletivas" para a população auto-organizada das vilas.

- SMAM:

- Proteção ao Meio Ambiente com aplicação integral da Lei do Impacto Ambiental; taxaço dos veículos de publicidade; planos de manejo para micro bacias do município, mapeamento geotécnico; avaliação da poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo; arborização urbana; fiscalização de efluentes e resíduos sólidos gerados pelas atividades produtivas; normatização do manuseio, transporte e armazenagem de cargas/produtos perigosos; manutenção de parques e praças;

- organização e mobilização da comunidade para a proteção do meio ambiente e aumento da qualidade de vida;

- estruturação, requerimento e qualificação do quadro funcional da SMAM;

- Guaiaba Vive.

CT 6

Diagnóstico:

- Nas escolas a questão pedagógica fora relegada a um segundo plano, tendo se centralizado os objetivos da SMED em construir prédios.
- Ausência de uma proposta pedagógica voltada para as classes populares a partir da ótica revolucionária, num cenário de luta de classes;
- Muitas crianças sem escola, em grande parte pela deterioração do quadro escolar sob responsabilidade do governo estadual, altos índices de reprovação e repetência;
- Na área da cultura e recreação, constata-se uma insuficiente elaboração do partido, e que se traduz na dificuldade de adquirir um projeto político;
- Quanto ao turismo, ausência de um estudo e diagnóstico do perfil turístico de Porto Alegre e conseqüente ausência de uma política de desenvolvimento do Turismo na cidade;
- Ausência de um Plano de Carnaval de conteúdo efetivamente popular. Completo caos financeiro na EPATUR.

Diretrizes:

- A importância da escola como instrumento de construção do saber e do conhecimento a partir da ótica da classe trabalhadora;
- A necessidade de construir uma práxis alternativa, que rompa com o autoritarismo e a opressão vigentes e construa uma nova relação, onde toda a comunidade escolar seja sujeito do processo educativo;
- A construção de uma proposta para as classes populares;
- A racionalização dos recursos humanos;
- A universalização do ensino;
- A atualização pedagógica;
- A democratização da escola e da cultura, qualificando e dinamizando equipamentos;
- Descentralização, resgatando a cidadania cultural dos trabalhadores;
- Dinamização de uma política de lazer e recreação, como um direito dos trabalhadores;

Propostas:

- Definir o processo de municipalização ou não da educação;
- Garantir o acesso a escola de todos, pressionando também o Estado para que assuma a parte que lhe cabe;
- Melhorar a qualidade do ensino;
- Integração dos setores afins: SMC e FESC por exemplo;
- Exposições itinerantes em bairros;
- Inventariação e cadastramento do patrimônio histórico e cultural;
- Música no Museu;
- Projeto acervo: cultura Negra em POA;

- *Recuperação dos Teatros e Araújo Viana;*
- *Encontros com a arte;*
- *Campanha pró-museu;*
- *Cursos, encontros, projeções, seminários;*
- *Definição de uma política de desenvolvimento do turismo, organizando um calendário de eventos, e aproximando a população a possibilidade de visitar a cidade e seus pontos turísticos;*
- *Organização do carnaval com conteúdo popular;*
- *Democratizar o espaço livre na cidade;*
- *Formar a EPATUR auto-suficiente financeiramente.*